

Conflitos e Identidades: a Greve Geral de 1919 em Porto Alegre

César Augusto B. Queirós*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a greve geral de 1919 na cidade de Porto Alegre dando ênfase aos conflitos ocorridos tanto entre os grevistas e o Estado quanto entre os grevistas e os não grevistas. Pretende ainda ressaltar as identidades construídas no decorrer desta greve, formando construções imagéticas instrumentalizadas.

Palavras chave: Greve – Sindicato – Violência

Abstract: The present work has as central objective the analysis of the 1919's general strike in Porto Alegre, emphasizing the conflicts occurred between the strikers and the government how much between the strikers and the workers not engaged in the strike.

Key words: Strike – Union – Violence

“Em fins de agosto do ano passado [1919] irrompeu nesta capital um movimento grevista que, a princípio declarado em uma marcenaria, logo depois se foi aos poucos estendendo, até tornar-se completamente generalizado entre o operariado e várias classes trabalhadoras correlatas, paralyndo todas as fábricas, vários estabelecimentos e empresas comerciais, iluminação pública, trânsito de veículos e distribuição domiciliar de pão e leite e outros gêneros alimentícios”(Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920: p. 355-357).

Desta forma o chefe de polícia interino Eurico de Souza Leão Lustosa iniciava seu relatório anual apresentado ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. De imediato, já se percebe o quanto o movimento paredista iniciado em agosto daquele ano alterou a vida da cidade nas semanas que se seguiram. Entretanto, as autoridades que representavam o poder no Estado trataram logo de desqualificar o movimento, atribuindo a sua eclosão tão somente à “tácita e inconsciente submissão à influência de estrangeiros anarquistas” ”(Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920: p. 355-357), sendo considerado o resultado do “desvario criminoso de elementos anarquistas, explorando a boa fé do **verdadeiro operariado**”(Mensagem do Pres. Do Estado à Assembléia, 1920: p.16). Esta idéia não perpassa tão somente as autoridades gaúchas e é, segundo Pinheiro, um fenômeno nacional uma vez que “até quando se pode retroceder na história republicana [...] se pode constatar uma insistência do Estado e das classes dominantes em pretenderem se livrar dos maus elementos das classes subalternas, em fazer desaparecer os elementos estranhos aos meios populares, naturalmente sadios” (PINHEIRO, 1979: P. 61).

* César Augusto Bubolz Queirós, Doutorando em História na UFRGS sob orientação do Prof. Benito B. Schmidt.

Para os grevistas, contudo, “as manifestações operárias [eram] deturpadas, mistificados os seus intuitos e não raro atribuídas a anarchistas estrangeiros e isso com o fim visível de torná-las antipáticas aos ignorantes e justificar as ferozes repressões a que sempre estão promptos a fazer os governos contra o trabalhador que reclama o seu direito e defende a sua vida”(Aos Pedreiros e Ajudantes. 1919). O movimento seria, portanto, legítimo e justificado pela precária condição e pela exploração a que estavam submetidos uma vez que “nenhuma colectividade obreira tenha declarado em algum tempo greve para luxo. Todos sabem que uma greve representa **o grito de agonia** em que se debate a classe operária” (A Voz da Razão, 1919).

No cenário internacional, o término da Grande Guerra trouxe consigo a expectativa de que houvesse uma melhora na situação de vida e uma redução da carestia. Em manifesto distribuído pelo Sindicato dos Operários da Força e Luz, os grevistas salientaram que “o povo cansado de esperar melhoras, desiludido das promessas feitas de que tudo endireitaria assim que terminasse a guerra, desesperado pela incessante luta pela vida [...] resolveu reclamar um pouco de aumento dos salários e mais descanso” (Sindicato dos Operários da Força & Luz. 1919). Em alguns boletins, percebe-se nitidamente a influência de acontecimentos ocorridos em outros países no movimento grevista de Porto Alegre. Neste sentido, entre os diversos panfletos e manifestos distribuídos nos *meetings* e manifestações alguns chamam bastante atenção como, por exemplo, uma moção publicada pela FORGS em 20 de julho de 1919 em que os delegados de todos os sindicatos constituintes da Federação votaram unanimemente uma manifestação de protesto contra quaisquer intervenções na Rússia, Hungria, Tchecoslováquia ou qualquer outro país em que o proletariado conseguisse sua emancipação econômica (Moção da FORGS, 1919). A agitação revolucionária que parecia tomar conta do Velho Mundo começava a refletir-se no seio do movimento sindical gaúcho e brasileiro. Merecem destaque as Cartas-Manifesto assinadas pelo Delegado da República dos Soviets Russos (O Inflexível, 03/03/1919).

A Preparação da Greve Geral de agosto – A mobilização operária vinha crescendo de modo bastante rápido. Notícias das greves que ocorriam no Rio de Janeiro e em São Paulo e das violências cometidas pela polícia nestes estados tornavam os ânimos mais acirrados e a palavra **solidariedade** era cada vez mais mencionada: solidariedade com os operários paulistas e cariocas, solidariedade com a Rússia em meio à intervenção branca, solidariedade com a República Soviética da Hungria, enfim. Segundo Hobsbawm, “o hábito da solidariedade leva tempo para ser aprendido. Leva mais tempo ainda para ser integrado ao código de ética incontestado da classe operária” (HOBSBAWM, p.22).

Em meados de julho, a maioria dos sindicatos classistas de Porto Alegre já prepara suas respectivas greves: o **Sindicato dos Metalúrgicos** declarou-se em greve exigindo as 8 horas de trabalho e aumento de salário. Em torno de 600 operários aderiram à parede e percebe-se uma troca de informações entre o comitê da greve de Porto Alegre e a UGT de Rio Grande, a qual enviou um ofício demonstrando **solidariedade** para com os trabalhadores parados e distribuiu naquela cidade uma série de boletins aconselhando os operários de lá a não substituir os metalúrgicos grevistas da capital caso fossem chamados. A orientação para que os trabalhadores de Rio Grande se recusassem a substituir os grevistas de Porto Alegre indicava o reconhecimento de que “o perigo dos furadores de greve é sempre agudo” (HOBSBAWM, p.22) e a necessidade de estabelecer esses laços de solidariedade pois o estabelecimento de uma relação de ‘concorrência’ entre operários das duas cidades significaria o enfraquecimento do poder de barganha de ambos.

O **Sindicato dos Operários em Calçados** declarou-se em greve no final de julho exigindo um aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho. No dia 29 foi interrompido o tráfego dos bondes e o Sindicato da classe editou um boletim reivindicando aumento de salário conforme uma tabela da classe, redução da jornada de trabalho de 9 para 8 horas diárias e garantia de emprego a todos aqueles que tivessem aderido ao movimento. No dia 4 de agosto, o **Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas** declarou uma greve com duração de doze dias e que resultou na vitória dos marceneiros (O Syndicalista. 03/09/1919), os quais obtiveram a redução da jornada de trabalho para 8 horas e aumento de 3\$000 em seus salários (Relat. Do Chefe de Pol. Ao Pres. Do Estado. 1920. p. 355). Outro sindicato que também entrou na agitação operária foi o **Sindicato Padeiral** que conclamou a classe para uma nova greve exigindo aumento de salário. No dia 20 de agosto “os estivadores que trabalhavam nos serviços de cargas e descargas da Viação Férrea desta capital declararam-se em greve” (O Independente. 20/08/1919. p.2).

Em fins de agosto, diversas outras categorias aderiram ao movimento paredista: o **Sindicato dos Tecelões**, dos **Chapeleiros**, dos **Cervejeiros**, dos **Canteiros**, dos **Trabalhadores em Fumo**, os **Trabalhadores dos Moinhos e Engenhos**, que tinham uma jornada de trabalho de 10 horas e $\frac{1}{2}$ e que reivindicavam a redução da jornada e aumento de salário em 25% para o diurno e em 50% para o noturno e a abolição do trabalho aos domingos, entre outras melhorias. O **Sindicato dos Operários da Companhia Telefônica Rio Grandense** resolveu também se declarar em greve tendo publicado um boletim no qual exigia que todo o operário que ganhasse até 100\$000 tivesse seu salário aumentado em 25% e os que ganhassem até 200\$000 em 15%, reconhecimento do sindicato por parte da empresa,

readmissão de dois companheiros demitidos, entre outras reivindicações. A greve, então, se generalizava e acabava afetando profundamente a vida da cidade, provocando uma paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia. A cidade ficou praticamente às escuras (O Independente. 03/09/1919. p. 2).

Apesar da greve transcorrer de modo pacífico o governo do estado adotou uma série de medidas no intuito de estabelecer uma estreita vigilância sobre os operários grevistas pois “a polícia judiciária estava vigilante, sendo adotadas medidas para impedir qualquer perturbação da ordem pública” (A Federação. 30/08/1919. p.1). O periódico *O Independente* destacava o caráter pacífico do movimento, salientando que “o que vem passando é dentro de uma normalidade elogiável” (O Independente. 05/09/1919. p.2). Durante a segunda semana da greve, o jornal *A Federação* passou a noticiar alguns distúrbios: na madrugada do dia 3 de setembro, um cabo que guarnecia a Fábrica de Cervejas Becker e Cia. foi alvejado por um tiro que o acertou de raspão, tendo sido o mesmo levado para o hospital sem que as pessoas que dispararam o tiro fossem encontradas (A Federação. 03/09/1919. p. 5).

No início do mês de setembro teriam os patrões chegado a um acordo no qual não fariam nenhuma concessão aos grevistas e elaboraram um relatório ao presidente do estado a fim de “lhe provar a situação precária em que ficaria a industria se concedessem as exigências dos grevistas” (A Postos Operários. 1919) e é a partir dos dias seguintes que a situação passa a se radicalizar, quando a diretoria da Cia. Força & Luz começa a substituir os operários grevistas. Já no dia 4 de setembro, a diretoria “havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina”, contratando também em São Paulo “pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital” (A Federação. 05/09/1919. p.3).

Estas atitudes dos empregadores resultaram em um acirramento das relações entre patrões e empregados, de modo que na madrugada do dia 6 foi lançada uma bomba de dinamite na sede da Cia. Força & Luz, sita na rua Voluntários da Pátria, sem que, no entanto, alguém fosse ferido ou que resultasse em algum dano às instalações da sede. Este atentado pode ser considerado uma represália à diretoria da Cia. Força & Luz, que vinha substituindo os trabalhadores grevistas e que na tarde anterior havia afixado na porta um comunicado no qual avisava que os grevistas que não comparecessem ao serviço estariam demitidos (A Federação. 06/09/1919. p.5).

O Syndicalista denunciava que “em Porto Alegre, com a deflagração da greve dos operários do cais, canteiros e dos padeiros, tem tido o governo do Estado a desfaçatez de, sob pretextos odiosos espezinhar a Constituição que diz cumprir, mandando encarcerar operários só pelo fato de não quererem trabalhar, de irem convidar seus camaradas para reuniões e de não se amoldarem às conveniências dos patrões” (O Syndicalista. 27/05/1919). Os operários queixavam-se igualmente da cumplicidade entre o governo e a burguesia gaúcha e criticavam “as forças do governo postas ao serviço da burguesia” (Sindicato dos Operários da Força & Luz. 1919).

No dia 7 de setembro estava programado um *meeting* organizado pela FORGS na praça Montevideo em defesa da redução da jornada de trabalho para 8 horas e por aumento salarial mas este foi proibido pela polícia. Apesar disto, os manifestantes compareceram ao comício, havendo então uma série de distúrbios e conflitos envolvendo os grevistas e a polícia. Fica evidente neste caso uma disputa pelo uso estratégico do espaço público: os operários querendo proporcionar visibilidade ao seu discurso em uma data fundadora em que se comemora a independência nacional. Este ato fica revestido de uma intensa carga simbólica, de um significado especial de apropriação de uma data tão significativa pelos grevistas que, com isso, não querem que o movimento perca a visibilidade para os eventos alusivos ao 7 de setembro. Não querem eles arrefecer em sua mobilização, não há trégua possível, a batalha continua. De outro lado, o Estado não admitia esta disputa pelo uso do espaço público, esta corrupção de uma data tão significativa que unificava a todos, na qual todos são igualmente brasileiros e que, portanto, amenizava as matizes classistas. Assim, utiliza-se de seu aparato oficial para impedir a realização deste *meeting*, desta afronta ao Estado e à nação.

O conflito começou quando “a polícia resolveu comparecer ao *meeting* e fazer com que os operários se dissolvessem. O Dr. Chefe de Polícia interveio junto aos operários, lendo os artigos do Cod. Penal tendo sido, então, desatendido e desrespeitado pelos grevistas, que o receberam com protestos e vaias” (Processo-Crime 1016. p. 2-3). O processo relativo a este incidente justifica a ilegalidade da realização do *meeting* afirmando que o mesmo “foi precedido de uma derrama de boletins, artigos de jornal, folhetos francamente revolucionários, assinados por diversas associações operárias desta capital. O próprio órgão oficial da ‘Federação Operária’ pregava abertamente a sublevação das massas operárias contra a sociedade atual, o governo e a propriedade particular” (Processo-Crime 1016. p. 2).

O sub-chefe de polícia, então, “ordenou que [os manifestantes] se retirassem em calma, não atendido, ordenou S.S. que as praças dissolvessem a multidão, o que foi logo feito, tendo-se estabelecido grandes correrias” (A Federação. 08/09/1919. p. 3) sendo que alguns operários resistiram a esta ordem de “revólver em punho”, alvejando a força policial, “tendo algumas praças reagido contra os que resistiam” (Processo-Crime 1016. p. 4). Deste enfrentamento entre a Brigada Militar e os grevistas resultou – além de muitos manifestantes feridos – a morte de um operário em plena rua dos Andradas, Fernando de Oliveira. A procedência do tiro que provocou sua morte não pôde ser apurada. As ruas do centro da cidade transformaram-se, nesta ocasião, em uma verdadeira **praça de guerra**: operários grevistas fugiam das tropas da Brigada e se misturavam com transeuntes que comemoravam o dia da Independência (O Independente. 08/09/1919. p. 2).

José Cândido da Silva, acusado de ter trocado tiros com a polícia durante a manifestação, afirmou que os tiros foram inicialmente disparados por operários e que depois houve troca de tiros com a Brigada. No entanto, uma testemunha afirma não saber de onde haviam partido os tiros mas que “ele os ouviu depois de ter a polícia carregado sobre o povo” (Processo-Crime 1016. p. 78) uma vez que, na tentativa de dissolver a manifestação os soldados da Brigada lançaram seus cavalos sobre os operários, “pisoteando-os e espalmando-os” (Processo-Crime 1016. p. 78).

No dia seguinte a este evento, o governo do estado ordenou o fechamento de diversas associações operárias, entre elas a FORGS. Outras associações também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a da Cia Força e Luz e da União Metalúrgica (O Independente. 10/09/1919. p.2). A radicalização do conflito, a intransigência dos patrões em negociar com os operários e o acirramento do antagonismo resultaram em mais dois atentados que se verificaram na madrugada do dia 8 de setembro, quando uma bomba foi atirada na Padaria Sul-Americana e outra na residência na rua Lopo Gonçalves de propriedade do Sr. Guilherme Sperb, fiscal geral da Cia. Força & Luz sem que houvesse vítimas (O Independente. 08/09/1919. p.2).

.Contudo, a partir deste momento a greve parece se encaminhar para seu fim, em parte devido às violências cometidas pela polícia, à proibição de reuniões e ao fechamento das principais organizações operárias, o que ocasionou o desmantelamento do movimento e a apreensão por parte dos trabalhadores. Assim, no dia 12 de setembro o jornal O Independente comemora que “parece solucionada a greve nesta capital, normalizando a situação que chegou a criar verdadeiras apreensões. Pouco a pouco voltam os operários às oficinas. A Força e

Luz já iniciou com regularidade os seus trabalhos, estando a trafegar todos os bondes” (O Independente. 12/09/1919. p.2).

À guisa de conclusão – muito brevemente em função da exigüidade do espaço – pode-se destacar alguns pontos que ficam evidentes após uma análise mais acurada deste movimento paredista. Em primeiro lugar, percebe-se uma nítida radicalização do discurso de suas lideranças, que passam a questionar de forma mais veemente as bases do sistema capitalista – a propriedade privada e o Estado – mostrando uma clara virada para orientações de caráter anarquista. Esta mudança se deve ao fato de que no final do ano anterior, após uma frustrada tentativa de greve geral que durou poucos dias, ocorrera uma fusão entre as duas mais importantes associações operárias: a FORGS – até então com posições não anarquistas e segundo um militante da época “apagada” e “fiel ao governo” – e a UGT. Desta fusão, resultou uma associação que manteve o nome da FORGS porém com os estatutos da União Geral dos Trabalhadores, tornando-se anarco-sindicalista. A diretoria passou a ser composta majoritariamente por militantes anarquistas (GERTZ, 1989. 126).

Desta forma, ao contrário da greve geral de 1917 – quando as manifestações dos organizadores de suas lideranças apontavam sempre para a obtenção de “melhorias” (Correio do Povo. 31/07/1917. p. 6) para os trabalhadores, sem que houvesse uma manifestação contundente contra a ordem vigente devido a um significativo “reforço das posições não-anarquistas” (SILVA Jr., 1996. p. 199) tanto na direção da FORGS quanto na da Liga de Defesa Popular – na greve de 1919 os discursos, panfletos, boletins e jornais apontavam para a derrubada da ordem burguesa através de uma greve geral social, um movimento revolucionário contra a ordem estabelecida. Esta postura das lideranças operárias levou o governo a considerar que aquele movimento tinha “intuítos francamente subversivos” (A Federação. 09/09/1919. p.3), sendo dirigida por elementos desordeiros “quase todos estrangeiros” (A Federação. 09/09/1919. p.3) e tendo esta greve perdido “por inteiro as características de uma tentativa pacífica visando a consecução de fins legítimos, para assumir as proporções nitidamente definidas de uma ameaça contra a ordem constituída” (A Federação. 09/09/1919. p.3). Assim, a postura do governo do estado foi marcada por uma profunda intolerância com os grevistas, sendo efetuada uma forte repressão à greve com uma vigilância ostensiva por parte da Brigada Militar que efetuou diversas prisões de grevistas, proibindo reuniões públicas, ocupando as sedes das principais associações operárias e escoltando bondes com soldados armados com baionetas, o que levou os operários a denunciarem a cumplicidade do governo para com os patrões. Mesmo o jornal *O*

Independente, que no início do movimento criticara duramente o governo do estado afirmando que os operários não deveriam lutar contra os patrões e sim contra o governo, atribuiu a resolução do impasse à eficácia das medidas adotadas pelo presidente do estado – que acionou seu aparato coercitivo ocupando associações operárias, proibindo comícios e dissolvendo meetings. Os excessos cometidos pela polícia durante a repressão aos grevistas também não foram questionados, e elogiava-se que “o governo fez sentir o efeito de sua energia eficaz, conseguindo abafar não uma greve, pois esta se transformara em sedição, mas o início de uma revolta, preparada por **espíritos transviados** de moral e falhos de bom senso” (O Independente. 15/09/1919. p.2).

Os patrões, por sua vez, desde logo demonstraram uma clara disposição em não ceder, em não negociar com os grevistas, configurando uma posição de enfrentamento e intransigência. Assim, passaram a realizar a substituição dos trabalhadores grevistas e a demissão sumária daqueles que – em sua visão – teriam abandonado o serviço. Esta posição de enfrentamento gerou uma radicalização da greve pois a resposta dos paredistas não foi menos contundente.

Tendo o Estado e os patrões contra si e contando ainda com o fato de que outros operários – alguns de outros estados – e mesmo alguns detentos estavam dispostos a substituí-los em seus postos de trabalho – o que colocaria em risco o êxito da greve – os grevistas passaram a realizar ações que se caracterizavam pelo uso de um maior ou menor nível de violência: uma vez que a pressão econômica não estava surtindo efeito, eles passaram a adotar uma estratégia de ação mais agressiva, com a utilização de bombas como represália àquelas empresas que vinham sistematicamente substituindo operários, demitindo grevistas e demonstrando pouca disposição em negociar. Assim, a Cia Força & Luz, a residência do fiscal da mesma companhia e a Padaria Sul Americana foram alvos dessa estratégia de ação dos paredistas. Um Cabo da Brigada Militar foi alvejado quando guardava a fábrica de cervejas Becker e Cia e a coação aos carneiros tornou-se sistemática: a intolerância do governo e a intransigência dos patrões em negociar com os grevistas levaram a uma situação de claro enfrentamento na qual as estratégias transpuseram a esfera meramente econômica.

Com o fechamento das sedes operárias, a proibição de reuniões, a vigilância ostensiva da Brigada Militar, a utilização de um forte aparato coercitivo contra os grevistas, a intransigência dos patrões em negociar e o receio das bases de perder seu emprego em função da substituição dos trabalhadores grevistas, o retorno ao trabalho passa a ocorrer de modo gradual levando ao término de uma greve que acabaria sem que os operários obtivessem o atendimento de qualquer reivindicação. Após isso, a influência anarco-sindicalista sobre o

operariado no estado entra em declínio inaugurando um novo período na história do movimento sindical gaúcho.

Bibliografia:

A Federação. Porto Alegre.

A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15

A Voz da Razão – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11 do Processo Crime 1016.

A Voz da Razão. Manifesto da FORGS dirigido ao povo. Porto Alegre: 7/09/1919.

Anexo ao processo 1016.

O Inflexível, Porto Alegre.

Ao Povo. O Programma Maximalista. Janeiro de 1919. Anexo 36.

OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX. Revista Esboços. Florianópolis: UFSC, 2005. n.º 14.

Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 16.

Correio do Povo. Porto Alegre.

FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

GERTZ, René (Ed.). Memórias de um Imigrante Anarquista. Porto Alegre: EST, 1989.

Grevistas Invencíveis cada vez mais conscientes. Aos metalúrgicos e aos operários em geral. Porto Alegre, 16 de agosto de 1919. Anexo 17.

HOBBSAWM, Eric. Os Destruidores de Máquinas. In: _____. Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Paz e Terra.

OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX. Revista Esboços. Florianópolis: UFSC, 2005. n.º 14.

La Barricada. Buenos Ayres. 12/1918. Anexo 37.

MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes. Porto Alegre, 1920.

Moção da FORGS. 20/07/1919. Anexo 22.

O INDEPENDENTE. Porto Alegre. 03 de setembro de 1919.

O Syndicalista. Porto Alegre, 27/05/1919. n.º 3. p. 1.

O SYNDICALISTA. Porto Alegre. 3 de setembro de 1919. Anno I, n.º. 7.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piruetas de um chefe de polícia na Primeira República. Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1979. n.º 10.

Processo-Crime n.º 1016.

RELATÓRIO apresentado Ao Exmo Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alve em 30 de agosto de 1921.

RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do RS.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Op. Cit. 1996.

Sindicato dos Operários da Força e Luz. Anexo 12.